

Construções insubordinadas no português do Brasil: completivas e condicionais em análise¹

Insubordinate constructions in Brazilian Portuguese: completives and conditionals under analysis

Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale*

fbmhvale@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos

Táisa Peres de Oliveira**

taisapoliveira@gmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Camila Fernandes da Silva***

camila_fernandes29@hotmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO: Neste trabalho, discutem-se usos de construções condicionais e completivas insubordinadas no português do Brasil, a partir das reflexões teóricas desenvolvidas particularmente por Evans (2007), Mithun (2008), Gras (2011), D'Hertefelt (2015), Sansiñena (2015) e Hirata-Vale (2015, 2017). Insubordinação é conhecido como o processo pelo qual construções que apresentam uma marca qualquer de subordinação passam a ser usadas independentemente, sem que estejam conectadas a uma oração principal. Embora possam parecer construções idiossincráticas, usadas apenas esporadicamente pelos falantes, as pesquisas acerca dessas construções constataam que elas são bastante frequentes e realizam estratégias discursivo-pragmáticas específicas. Desse modo, o objetivo deste trabalho é descrever essas construções no português do Brasil, apresentando suas características discursivas e funcionais.

PALAVRAS-CHAVE: Construções insubordinadas. Contextos discursivo-pragmáticos. Construcionalização.

ABSTRACT: In this paper, we discuss the uses of conditional and complete insubordinate constructions in Brazilian Portuguese, according to Evans (2007), Mithun (2008), Gras (2011), D'Hertefelt (2015), Sansiñena (2015), and Hirata-Vale (2015, 2017). Insubordination is the process whereby constructions marked by a subordination marker are used independently, without being articulated to a main

¹ A primeira autora desenvolveu este artigo com subsídios oriundos do auxílio FAPESP (Processo 2016/05224-2).

* Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, professora do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos.

** Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Letras, Câmpus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Letras, Câmpus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

clause. Although they may seem idiosyncratic constructions that are rarely used by speakers, researches on these constructions show that they are quite frequent and carry out specific discursive-pragmatic strategies. Thus, the aim of this paper is to describe these constructions in Brazilian Portuguese, presenting their discursive and functional characteristics.

KEYWORDS: Insubordinate constructions. Discursive-pragmatic contexts. Constructionalization.

Introdução

Como se sabe, considera-se como um princípio central do Funcionalismo em linguística a premissa de que a língua é usada como meio de comunicação humana em contextos culturais e psicológicos e que esse fato deve mostrar como a língua é assim estruturada (BUTLER, 2003). As correntes funcionalistas, de uma maneira geral, compartilham o entendimento de que a sintaxe é governada pela semântica e pragmática, e rejeitam, assim, o princípio formalista da autonomia da sintaxe. Uma teoria de cunho funcionalista assume, então, que, embora certas restrições sejam de natureza formal, elas são derivadas por fatores de natureza discursiva.

Uma área bastante fértil para se observar essas premissas é a que trata dos processos de articulação de orações. É possível dizer que as diferentes correntes funcionalistas apresentam propostas para o tratamento das orações complexas, e que todas elas expandem o escopo de análise restrito da gramática normativa na medida em que concebem esses processos como pragmática e discursivamente motivados.

Nesse sentido, os trabalhos que questionam a separação discreta entre subordinação e coordenação, tal como se vê nas gramáticas tradicionais, e a classificação das orações com base nas conjunções prototípicas constituem uma contribuição relevante do funcionalismo para a pesquisa linguística, uma vez que fazem avançar a compreensão dos fenômenos textuais, discursivos e dialógicos que se pode apreender no estudo da língua em uso. É o que se vê nos trabalhos de Neves (1999, 2000), Decat (1993), Sousa (2007), Oliveira (2008, 2012, 2014), Hirata-Vale (2005, 2008a, 2008b, 2012a, 2012b), Camargo e Hirata-Vale (2014).

Esses trabalhos assumem a existência de um contínuo de vinculação entre as orações que compõem um complexo oracional, que vai de orações com vínculos mais frouxos, como nos casos de parataxe, passando pelas hipotáticas, em que se percebe uma relação de dependência semântica, como ocorre com as orações

condicionais, até chegar ao encaixamento, em que o elo entre as orações é mais forte, e a dependência se dá tanto semântica quanto sintaticamente, como no caso das orações completivas. Ressalte-se que, em todos esses casos, assume-se a existência de uma relação entre orações, mesmo que essa relação se dê entre orações de mesmo estatuto sintático, como nas justapostas.

Um uso não contemplado nos trabalhos mencionados acima é aquele em que construções encabeçadas por uma conjunção subordinativa são usadas independentemente, sem que estejam ligadas a uma oração matriz. É esse nosso objeto de discussão neste trabalho, como se vê nos exemplos seguintes:

- (1) Esse episódio do Dj e caixa de som ocorreu no dia da parada. Um morador do prédio do lado subiu no terraço e jogou água, molhou os equipamentos, jogou água nas pessoas que estavam na rua se divertindo e a festa acabou não eram nem 8 da noite. Que triste se esse foi um dos motivos mesmo. A intolerância está tomando conta das pessoas. (<https://www.facebook.com/reis.charless?fref=ufi>). Acesso em 11.jul.2017.
- (2) *JMA: é // tem uns / cinco anos mais ou menos // eu namorava com Marlon ainda // aí / eu e / Samanta / a gente fazia academia / aí ele ficava / me encarando / e eu sempre achei ele mó gostoso / que ele é gostoso pa caramba / né // assim / (Corpus C-Oral)
- (3) O violoncelo era o rumo certo, a bandeira de conquista na liça da vida - e ele tinha conquistado a vida, a despeito da família e das mofas estúpidas dos discípulos... Não fosse o seu orgulho, aquela cisma de independência, a fazer-lhe recusar certas vantagens... Mas se cada um tem de obedecer a si mesmo... Que estudasse. Que se sujeitasse a este e mais àquele, diziam-lhe os medíocres. (Corpus do Português)
- (4) Estado - O que vai fazer na África do Sul?
Bial - Vou realizar uma oficina em Johannesburgo, para grupos de toda a África do Sul. Na verdade será para diretores e multiplicadores. A maioria aprendeu a fazer pelos livros e será uma oportunidade para tirar dúvidas. Tem até uma professora de Teatro do Oprimido da Universidade de Zululândia. Não tenho a menor idéia de onde seja (risos).
Estado - Caso resolvesse cobrar direitos autorais..
Bial - Se Freud ganhasse um tostão por cada sessão de psicanálise teria ficado mais rico que Bill Gates. Eu não estaria tão rico, mas certamente estaria muito bem de vida.. (CdP/19Or:Br:Intrv:ISP)

Na literatura funcionalista mais recente, essas construções têm sido geralmente chamadas de insubordinadas porque passam por um processo de *insubordinação*, um termo cunhado por Evans (2007, p. 367) para designar o

processo pelo qual se formam construções que são usadas de forma convencionalizada como oração principal, mesmo que à primeira vista, pareçam ser formalmente subordinadas.

O propósito deste artigo, portanto, é descrever o uso de construções condicionais e completivas insubordinadas no português, encabeçadas pelas conjunções subordinativas *se*, *caso* e *que*. Para tanto, os dados foram coletados em *corpora* disponíveis em acesso gratuito no português do Brasil, como o Corpus do Português (www.corpusdoportugues.org) e o Corpus Brasileiro (<http://corpusbrasileiro.pucsp.br/cb/Inicial.html>), e o Corpus C-Oral (www.c-oral-brasil.org). Foram utilizados, ainda, quando necessário, dados coletados na internet, por meio de busca no Google e nas redes sociais. Nesses *corpora*, fizemos um levantamento das construções insubordinadas e analisamos qualitativamente as ocorrências encontradas, de modo a classificá-las de acordo com a função discursiva por elas desempenhada.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: apresentamos, na seção teórica, algumas considerações a respeito de orações condicionais e completivas, de modo a situar esses tipos de construção no âmbito dos estudos funcionalistas. Em seguida, tratamos dos principais conceitos relacionados ao processo de *insubordinação* e discutimos as características e as funções das construções insubordinadas condicionais e completivas. Na sequência, apresentamos a análise das ocorrências dessas construções no português do Brasil, e, por fim, nossas considerações mais gerais.

1. Questões teóricas

Nesta seção, apresentamos algumas reflexões sobre as orações condicionais e sobre as orações completivas que vão respaldar o nosso entendimento sobre os usos dessas orações em construções insubordinadas.

1.1. As orações condicionais

As construções condicionais prototípicas são caracterizadas pela expressão “*se p, (então) q*”, em que *p* é chamado de prótase e *q*, de apódose. De acordo com Neves (1999), entre os conteúdos da prótase e da apódose há uma relação do tipo

“condição para realização consequência/resultado da resolução da condição enunciada”.

Assumindo um ponto de vista cognitivo, Sweetser (1990), em trabalho clássico, classifica as condicionais em diferentes domínios como um veículo portador de conteúdos (domínio de conteúdo); como uma entidade lógica (domínio epistêmico); ou como um instrumento de um ato de fala (domínio conversacional ou dos atos de fala). No domínio de conteúdo, a conjunção condicional indica que a realização do evento ou do estado de coisas descrito na prótase é uma condição suficiente para a realização do evento ou estado de coisas da apódose. No domínio epistêmico, a conjunção condicional indica a ideia de que o conhecimento da verdade da premissa hipotética expressa na prótase seria uma condição suficiente para se concluir a verdade da proposição expressa na apódose. Já no domínio dos atos de fala, o desempenho (performance) do ato de fala que está sendo representado na apódose é condicionado ao preenchimento de algum fato ou estado expresso na prótase. Nesse caso, o estado ou fato da prótase possibilita ou causa o ato de fala seguinte.

Para Dancygier (1998) um dos pontos fundamentais para se caracterizar uma construção condicional é o papel das conjunções condicionais como introdutoras de espaços mentais. A autora explica que ao falar e pensar, construímos espaços mentais, que são ativações estabelecidas para fins de compreensão do que se fala ou se pensa. Espaços mentais funcionam como uma espécie de apoio ao sujeito no discurso, que é representado por um espaço base. A partir dele, outros espaços mentais podem ser criados à medida que o discurso avança. Para Dancygier (1998), conforme mencionado, condicionais podem ser consideradas como construtoras de espaços mentais, já que apresentam um espaço alternativo a ser considerado no discurso. Considerando a estrutura básica da condicional mencionada acima, “se p , (então) q ”, p é visto como um espaço de validação temporária de q .

No que diz respeito ao uso das conjunções, é interessante notar que as gramáticas normativas, de um modo geral, as tratam como semanticamente equivalentes, ou sinônimas, não atribuindo a elas nenhuma característica diferenciadora ou algum uso particular. Assim, considera-se que a prótase pode ser introduzida por uma das muitas conjunções condicionais, além do *se*, tais como: *caso*, *contanto que*, *salvo se*, *sem que*, *desde que*, *a menos que*, *a não ser que*, *uma vez que*, *exceto se*. Na verdade, a grande maioria dos trabalhos sobre

condicionais no português restringe-se à análise de orações encabeçadas pela conjunção *se*, e o mesmo vale para as subordinadas.

Considerando essa variabilidade, Oliveira (2008), ao analisar as conjunções condicionais complexas no português do Brasil considera que essas conjunções condicionais complexas expressam diferentes sentidos, podendo ser classificadas em: (i) restritivas positivas e (ii) restritivas negativas. As restritivas positivas apresentam uma condição que limita a validação da oração principal, em uma relação em que são ambas verdadeiras, ou ambas falsas. Por outro lado, as restritivas negativas apresentam a oração condicional como a única condição para a não validação da oração principal, unindo-se numa relação em que ocorre uma polaridade inversa, ou seja, dada a validação da condicional segue a não validação da principal, ou vice-versa.

Do ponto de vista do processo de junção oracional, as orações condicionais codificam o que Hopper e Traugott (1993) chamam de combinação hipotática, na qual verifica-se a interdependência entre as orações ligadas. Nesse complexo, uma oração constitui um núcleo, ao qual se liga uma outra oração numa relação de adjunção. Considerando o cline de gramaticalização de orações dos autores, as condicionais configuram-se a partir da combinação dos traços [+dependência] e [-encaixamento]. Estão, portanto, no meio do caminho entre uma relação mais frouxa e uma relação mais forte.

1.2 As orações completivas

De acordo com Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2016), as orações completivas são aquelas que, de um ponto de vista funcional, ocorrem em posição argumental, como complementos de um predicado verbal, nominal ou adjetival, sendo equivalentes a um termo simples, com função sintática de sujeito, objeto direto ou indireto, complemento nominal, aposto. As completivas podem, ainda, ser o próprio predicado, como no caso das predicativas. Os autores dedicam-se à descrição das completivas "prototípicas", ou seja, aquelas que de fato configuram casos de encaixamento estrito de sentenças, que estão efetivamente encaixadas em uma posição de argumento da oração principal. Nesse sentido, afirmam que "as sentenças típicas [apresentam] núcleo verbal, força ilocucionária, complementizador e flexão modo-temporal". (GONÇALVES, SOUSA e CASSEB-GALVÃO, 2016, p.

73). Semântica e discursivamente, os autores consideram que as completivas expressam um significado que advém do predicado ao qual estão encaixadas, como, por exemplo, percepção mental, manipulação, elocução, volição, atitude subjetiva, modalidade, entre outros.

Sousa (2007) afirma que as completivas podem ser concebidas quanto às propriedades que definem o grau em que um constituinte pode completar outro constituinte. Assim, numa abordagem sintática, a complementação pode ser compreendida em termos das configurações sintáticas estabelecidas entre os constituintes e os complementos de acordo com sua estrutura formal. Em outro modo de abordar a complementação, segundo Sousa, consideram-se aspectos sintáticos e semânticos, privilegiando os últimos, que têm o papel de suplementar o ambiente de complementação, que é determinada sintaticamente.

No que diz respeito à relação entre as orações, nas completivas verifica-se o que os autores chamam de grau de integração forte, já que a relação entre elas é de constituência, por isso denominada encaixamento. Nesse complexo, uma oração atua como um constituinte da outra oração, participando de sua estrutura argumental. Considerando o cline de gramaticalização de orações de Hopper e Traugott (1993), as completivas configuram-se a partir da combinação dos traços [+dependência] e [+encaixamento] e situam-se no pólo final do cline, estabelecendo uma relação mais forte.

1.3. As construções insubordinadas

O estudo de construções insubordinadas foi desenvolvido primeiramente por Evans (2007), que segue um ponto de vista diacrônico e se baseia no processo de elipse. Para esse autor, uma construção insubordinada é o resultado de um processo de construcionalização, que vai da elipse da oração principal em uma construção subordinada ao uso totalmente convencionalizado da oração subordinada como principal, que é então analisada como uma construção independente. Nesses casos, as construções ainda apresentam algumas características de uma oração subordinada, mas não se comportam como tal, no sentido de que elas parecem sintática, semântica e pragmaticamente completas.

A trajetória histórica de insubordinação proposta por Evans (2007, p. 370) pode ser visualizada no quadro seguinte:

Subordinação	Elipse	Elipse convencionalizada	Reanálise como uma estrutura principal
(1)	(2)	(3)	(4)
Construção subordinada	Elipse da oração principal	Restrição à interpretação do material elíptico	Uso convencionalizado como principal de oração originalmente subordinada (construcionalização)

Quadro 1: trajetória de insubordinação (EVANS, 2007, p. 370)

Na fase (1), temos o uso prototípico da oração subordinada, com a sua principal. A partir do momento em que a oração principal é apagada dá-se a largada para o processo de insubordinação. Na fase (2), considera-se que qualquer oração principal poderia ser ‘reconstruída’ pelo ouvinte, por meio de processos de inferência conversacional, sem nenhuma restrição de cunho semântico ou pragmático. É na fase (3) que começam a surgir restrições regulares ao conteúdo da oração principal, e se chega ao estágio seguinte da trajetória, quando se percebe o uso convencionalizado dessas construções, em que certas reconstruções sintaticamente possíveis são excluídas por convenção. Evans (2007) considera que, nesses casos, a oração elíptica é convencionalizada, no sentido de que apenas algumas possibilidades de reconstrução do conteúdo são possíveis e outras não. Finalmente, na fase (4), ocorre a convencionalização de toda a construção, que passa a ter um significado próprio, e já não é mais possível reconstruir qualquer oração principal. Nesse momento, então, há uma reanálise da oração subordinada como principal, portanto, decorrente de um processo de *construcionalização*.

Ao propor que as insubordinadas são casos de construcionalização, Evans (2007) considera que é possível atestar padrões formais e funcionais regulares para essas construções. Assim, em análise de línguas diversas, mostra-se que nas

insubordinadas encontram-se formas verbais especiais, conjunções subordinadas e complementizadores, pronomes logofóricos e reflexivos, ordenação específica de constituintes etc., e que a esses padrões formais está associada uma série de funções discursivas tais com controle interpessoal, modalização e sinalização de material pressuposto.

Além de Evans (2007), muitos outros autores e autoras têm tratado do fenômeno da insubordinação, seja em uma perspectiva tipológica, seja na análise de uma língua (e suas variedades), em particular (MITHUN, 2008; VERSTRAETE, D'HERTEFELT, VAN LINDEN, 2012; GRAS, 2011; VAN LINDEN, VAN DE VELDE, 2014, D'HERTEFELT, VERSTRAETE, 2014; SANSIÑENA, DE SMET, CORNILLIE, 2015a, SANSIÑENA, DE SMET, CORNILLIE, 2015b, SANSIÑENA, 2015, D'HERTEFELT, 2015, HIRATA-VALE, 2015, 2016).

Do ponto de vista tipológico, é possível apreender características que aproximam línguas, bem como os processos relacionados a mudanças linguísticas que determinam as suas configurações sintáticas. Além disso, esses trabalhos mostram que as insubordinadas não apenas são bastante frequentes nas línguas como também realizam estratégias discursivo-pragmáticas específicas, assumindo um papel importante na constituição textual e interacional. É o que se pretende mostrar neste trabalho, na descrição das insubordinadas completivas e condicionais no português do Brasil.

2. Análise das construções condicionais e completivas insubordinadas no português do Brasil

Como dissemos anteriormente, embora as construções insubordinadas possam parecer idiossincráticas, seu uso nas línguas é bastante regular. Como explicar esse uso? Acreditamos que quanto mais convencionalizadas, menos dependentes do contexto essas construções são, nos termos propostos por Evans (2007), para o contínuo de construcionalização das insubordinadas.

As condicionais insubordinadas podem expressar uma “instrução” do falante para seu interlocutor, no sentido de passar o turno para o ouvinte, no contexto conversacional, assumindo uma função mais intersubjetiva. Também são usadas para generalizar ou ampliar o significado dos enunciados que as precedem, uma função mitigadora, ligada, desse modo, às estratégias de polidez, mais uma vez

expressando valores intersubjetivos. Além dessas funções, que são relacionadas diretamente às estratégias de polidez, e que, por sua vez, também são desempenhadas pelas condicionais "completas", as insubordinadas condicionais são usadas em contextos dialógicos ou como uma resposta a um turno anterior, e funcionam, ainda, como mecanismos de estruturação textual (HEINE, KALTEBÖCK e KUTEVA, 2016).

2.1 As condicionais insubordinadas

As construções condicionais insubordinadas expressam significados interpessoais como ordens, pedidos, avisos ou sugestões, como se percebe nas ocorrências seguintes:

- (5) todo mundo q fez me falou q era lah, se quiser ligar pra confirmar. Rua : BRASIL bem no inicio, o pessoal ai de penapolis tem a lista telefonica daki, é bem no começo OSCAR MOTOS (Internet)
- (6) Dunga: Hoje eu vou lá no terreiro! Ah, se num vou. Vai vê. Vou pegar Kanibal é na virada. O trabalho já comecei, e agora só termino quando tiver aquele porra na mão. Fica ele com aquela abilolada da Kika. (Corpus do Português)
- (7) Caso você tenha perdido o Fabrício dando chique. (@GabrieleHanna - Twitter)

Nas ocorrências (5), (6), e (7) temos, respectivamente, construções insubordinadas que expressam um pedido, uma ameaça e uma sugestão. Pode-se dizer que falante deixa a conclusão a cargo do ouvinte, mas, ao mesmo tempo, o significado dessas três insubordinadas está tão convencionalizado que já não é mais necessária a realização da oração principal.

Especificamente em (7), "caso você tenha perdido o Fabrício dando chique", temos uma ocorrência bastante frequente nas redes sociais, e, geralmente, nesses casos, o usuário escreve alertando seus seguidores de que esse é o assunto que está sendo comentado, discutido. Muitas vezes o "conteúdo" semântico que seria relativo à oração principal é apresentado em um *link*, que direciona a uma imagem ou a uma notícia, como em:

- (8) Caso você esteja tendo um dia ruim pic.twitter.com/ozl8JkGUA5 (via @_melbatista - Twitter)

No *Twitter* há, inclusive, uma insubordinada "fixa", que aparece quando o usuário volta à sua conta depois de algum tempo sem acessar a rede social:

- (9) *Caso você tenha perdido.*

a que se seguem os *tweets* postados no período de tempo em questão. Obviamente, nesses casos, temos um fenômeno típico das redes sociais, em que se espera a todo momento a colaboração dos internautas, mas não deixa de ser singular o uso de uma construção insubordinada condicional encabeçada pela conjunção *caso*. A esse respeito, também ressaltamos que a análise de construções insubordinadas com outras conjunções condicionais além do *se* canônico não tem sido muito frequente, destacando-se apenas o trabalho de Boogart e Verheij (2013) para o holandês.

As construções condicionais insubordinadas são também usadas para expressar significados relacionados à expressão subjetiva das atitudes do falante, tais como desejos, crenças, e avaliações, como se pode ver nas ocorrências seguintes:

- (10) BABY: Cara, eu estou apaixonado por essa menina e ela por mim também. Eu quero pagar os trinta mil dólares que ela deve para o Miro e foda-se o resto...
 MANDRAKE: Mas ele quer receber a dívida ?
 BABY: Se ela quiser pagar e sair ...
 MANDRAKE: Porque você mesmo não tira a garota de lá então ?
 BABY: Eu tive um problema com o Miro, não posso mais voltar lá.
- (11) RECEPCIONISTA Por que vocês tão fazendo isso, meninos? Os moços forte como vocês! Podiam trabalhar... Ganhar a vida honestamente... Vocês nem cara de bandido tem. Se eu encontrasse com um de vocês num lugar... assim... Num baile, por exemplo, eu...
 CABELEIRA: É mulher chata !

2.2 As completivas insubordinadas

No que diz respeito às completivas insubordinadas, essas construções cumprem uma gama de funções discursivas e interacionais, e são usadas para expressar ordens, direções, desejos (construções imperativas), avaliações, comentários (construções exclamativas), e elaborações (construções conectivas).

A ocorrência (12) é um caso de construção conectiva, que tem a função de completar o turno precedente ou elaborar algo que havia sido mencionado pelo falante. Há uma interrupção em relação ao conteúdo apresentado anteriormente, de tal modo que a construção pode ser considerada como independente:

- (12) *ERN: <essa é a carta de aceite> //
 *MAR: <No' / são tanto documentos> //
 *ERN: <que nũ chegou a sua> *ainda* //
 *MAR: <ah / cê tirou / o xerox> // a minha não / ainda es nũ me mandaram não // aqui o' / "sua acomodação será garantida pela universidade" // podia vim isso no <meu também hhh> // (CORPUS C-ORAL)

Na ocorrência seguinte, a completiva insubordinada surge para expressar um desejo do falante em relação ao questionamento feito pelo repórter. Nesse caso, essa construção manifesta algo que o falante gostaria que acontecesse:

- (13) Estado - Quem é o pior adversário para Fernando Henrique?
 Tasso - Acho que se o Fernando Henrique não se preocupar com os adversários e sim com o que está fazendo no governo sua eleição fica mais fácil.
 Estado - Ele deve temer a aliança de centro-esquerda?
 Tasso - Não, de jeito nenhum. Que venham as alianças, que venham as oposições. Faz parte do processo. Passamos a vida lutando por eleição, por democracia, por voto nulo. (CORPUS DO PORTUGUÊS)

Em (14), abaixo, temos um exemplo de insubordinada exclamativa, por meio da qual o falante parece fazer uma avaliação e ao mesmo tempo expressar um desejo. Existe um grande envolvimento emocional do falante, e o ouvinte é apenas uma testemunha daquilo que o interlocutor expressa, o que significa dizer que não se espera sua reação a respeito do que foi dito. Veja:

- (14) Que belo exemplo de amor e preocupação com os animais! Pois além dele trabalhar para você, não receber carinho, ainda vai maltratar? (Internet)

Nessas três construções, podemos perceber uma escala de "independentização". Assim, seguindo Sansiñena (2015), consideramos que (12) ainda apresenta alguma relação de dependência com uma informação previamente mencionada, e desse modo não seria uma construção insubordinada prototípica, nos termos de Evans (2007), configurando-se como casos em que se percebe um processo de extensão da dependência (MITHUN, 2008) ou de mudança de dependência (VERSTRAETE, 2007), no qual a dependência se percebe discursivamente. Já em (13) e (14), há uma interrupção em relação ao conteúdo apresentado anteriormente, de tal modo que a construção pode ser considerada como independente.

Outro caso a ser considerado é aquele em que a oração encabeçada pelo *que* é precedida por um único elemento que parece funcionar no nível da oração principal. É o que vemos na ocorrência seguinte:

- (15) Os especialistas também aconselham o consumo de alimentos integrais, entre eles o arroz, cereais, soja, que saciam a fome e não deixam engordar. Claro que a alimentação também deve ser composta de outros alimentos, porém deve se haver um consumo moderado, sem exageros. (Internet)

Para o português do Brasil, Fortilli (2013), em sua análise de predicados matrizes adjetivais em orações subjetivas no português do Brasil, propõe que em casos como esses ocorre um processo de dessentencialização, ou seja, que essas orações passar por transformações que levam uma sentença complexa a se tornar uma sentença simples pela dissolução da matriz. Consideramos que essas construções são "semi-insubordinadas", assim como propõem Van Linden e Van de Velde (2014), para o holandês em sua variante belga, e Sansiñena (2015), para o espanhol. O adjetivo "claro" expressa uma avaliação subjetiva do conteúdo da proposição, e é possível dizer que se trata de apenas uma unidade entonacional.

Considerações finais

Apresentamos, neste trabalho uma análise das construções insubordinadas condicionais e completivas no português do Brasil. Consideramos que, embora as

condicionais subordinadas constituam um desafio teórico para os estudos de articulação de orações, o fato de terem uma natureza intrinsecamente adjuntiva faz com que sua ocorrência nas línguas não seja tão inusitada. São as completivas subordinadas que de fato criam uma situação paradoxal, obviamente, por conta da relação de dependência com a oração principal muito mais forte que nas construções adverbiais. No entanto, acreditamos que o fato de essas construções serem bastante regulares nas línguas, inclusive no português, leva à necessidade de se repensar as escalas de vinculação dos complexos oracionais, de modo a se preverem esses casos, cujo funcionamento é eminentemente discursivo, e que constituiriam, nos termos de Evans (2007) casos de construcionalização.

Às construções subordinadas não se podem aplicar os critérios canônicos de classificação das condicionais ou das completivas, uma vez que, do ponto de vista de sua função, passam a codificar significados específicos, sendo associadas à expressão de valores intersubjetivos entre os interlocutores no jogo dialógico e, de valores subjetivos, correlacionados às atitudes dos falantes.

Esperamos ter mostrado que essas construções ao se tornarem mais subordinadas também se tornam mais construcionais e formulaicas, sendo, portanto, construções independentes, tanto sintática como pragmaticamente. Além disso, concluímos que a consideração de um processo de subordinação explicita uma conexão clara com o fato de que essas construções fizeram parte de uma construção anteriormente subordinada, e que passaram a ser usadas em contextos em que a oração principal não é realizada, por razões discursivas e pragmáticas.

Referências

BOOGAART, R.; VERHEIJ, K. Als dát geen insubordinatie is! De pragmatiek van zelfstandige conditionele zinnen. In: JANSSEN, T.; NOORDEGRAAF, J. (Red.). *Honderd jaar taalwetenschap*. Artikelen aangeboden aan Saskia Daalder bij haar afscheid van de Vrije Universiteit. Amsterdam, St. Neerlandistiek VU & Münster, Nodus Publikationen, 2013. p. 13-28.

BUTLER, Christopher. *Structure and Function: Guide to Three Major Structural-Functionalist Theories. Part I Approaches to Simple Clause*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003.

CAMARGO, D. W. F.; HIRATA-VALE, F. B. M. Os conectivos condicionais complexos “na condição (de) que” e “na eventualidade (de) que” no português escrito. In: SOUZA, E. R. F. de (Org.). *Estudos de descrição funcionalista: objetos e*

abordagens. 1ed.Munique: Lincom, 2015, v. 1, p. 1-20. (FAPESP, Processo 2010/16483-2).

DECAT, M. B. N. *Leite com manga morre*": da hipotaxe adverbial no português em uso. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

D'HERTEFELT, S. *Insubordination in six Germanic languages*. 223f, PhD Thesis. Katholieke Universiteit Leuven, 2015.

D'HERTEFELT, S; VERSTRAETE, J. C. Independent complement constructions in Swedish and Danish: Insubordination or dependency shift? *Journal of Pragmatics*, n. 60, p. 89-102, 2014.

FORTILLI, S. C. *Predicados matriciais adjetivais de orações subjetivas no Português brasileiro*: gramaticalização e dessentencialização. 163 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.

EVANS, N. Insubordination and its uses. In: NIKOLAEVA, I. (Ed.), *Finiteness*. Theoretical and Empirical Foundations. Oxford University Press, Oxford, 2007. p. 366-431.

GRAS, P. *Gramática de construcciones en interacción*. Propuesta de un modelo y aplicación al análisis de estructuras independientes con marcas de subordinación en español. 580f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2011.

HEINE, B., KALTENBÖCK, G., KUTEVA, T. On insubordination and cooptation. In: EVANS, N., WATANABE, H., *Dynamics of Insubordination*. (Typological Studies in Language). Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2016.

HIRATA, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. 231f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

HIRATA-VALE, F. B. M. *A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil*: contínuo semântico-pragmático. 154f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

_____. Condicionalidade e subjetividade no português escrito contemporâneo do Brasil. In: ANTONIO, A. D. (Org.). *Estudos descritivos do português*: história, variação, uso. São Carlos: Claraluz, 2008a.

_____. Para uma interpretação condicional de construções temporais do português: contextos de uso. *Alfa* (ILCSE/UNESP), v. 52, p. 167-177, 2008b.

_____. Conditional uses of temporal markers: an FDG account. In: IC - FDG - 2012, 2012, Gent. IC - FDG - 2012 Programme/Book of abstracts, 2012a, p. 12-12.

_____. O conectivo condicional complexo supondo que: história e uso. In: FIGUEIREDO, D. C.; BONINI, A.; FURLANETTO, M. M.; MORITZ, M. E. (Orgs.). *Sociedade, cognição e linguagem*. 1ed. Florianópolis: Editora Insular, 2012b, p. 381-402.

HIRATA-VALE, F. B. M. *O processo de insubordinação nas construções condicionais do português do Brasil*. Relatório Científico de Estágio Pós-Doutoral. Katholiek Universiteit Leuven, Leuven, Bélgica, 2015.

_____. *As construções completivas insubordinadas no português: forma e função*. Relatório parcial de auxílio à pesquisa FAPESP (Processo 2016/05224-2). Universidade Federal de São Carlos, 2017.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MITHUN, M. The extension of dependency beyond the sentence. *Language* 84 (1), 2008, p. 69-119.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

_____. As construções condicionais. In: _____. (Org.) *Gramática do Português Falado*, v. 7. Campinas: FAPESP, 1999, p. 497-544.

SANSIÑENA, M. S. P. The multiple functional load of *que*: an interactional approach to insubordinate complement clauses in Spanish. PhD Thesis. Katholieke Universiteit Leuven, 2015.

SANSIÑENA, M. S. P., CORNILLIE, B., DE SMET, H. Between subordinate and insubordinate. Complementizer-initial responses in English, French, German and Spanish. Trabalho apresentado no "Complex Sentences International Workshop (CSI)", 2013a. Disponível em: <<http://www.arts.kuleuven.be/ling/fest/events/np-3-2013-CSI-2013>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Free-standing *que*-clauses and other directive strategies in Spanish. *Leuven Working papers in Linguistics*, 2013b. Disponível em: <<http://www.arts.kuleuven.be/ling/workingpapers/papers/pdf-files/LWPL7>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SANSIÑENA, M. S., DE SMET, H., CORNILLIE, B. Between subordinate and insubordinate. Paths towards complementizer-initial main clauses. *Journal of Pragmatics*, v. 77, p. 3-9, 2015a.

_____. Displaced directives. Subjunctive free-standing *que*-clauses vs. imperatives in Spanish. *Folia Linguistica*. v. 49 (1), 257-285, 2015b.

SOUSA, G. C. *Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por se*. 175f. Tese (Doutorado em Linguística

e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

STIRLING, L. Isolated if-clauses in Australian English. In: LEE, D.; COLLINS, P. (Eds.). *The clause in English*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 275-297.

VAN LINDEN, A.; VAN DE VELDE, F. (Semi-)autonomous subordination in Dutch: Structures and semantic-pragmatic values. *Journal of Pragmatics*, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.pragma.2013.08.022>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Recebido em 23/10/2017

Aceito em 17/11/2017

Publicado em 20/12/2017